

Mesa-redonda

Produção científica e formação profissional — os paradigmas do conhecimento e seu reatamento no cotidiano do ensino, da pesquisa e do exercício profissional

1.

Ana Maria Quiroga Fausto Neto*

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à ABESS pela participação nesse Encontro. Esse agradecimento se deve não apenas à oportunidade de conviver com vocês, como também pela possibilidade de voltar ao Nordeste, região com a qual tenho enorme identificação: uma identificação pessoal, familiar e profissional. Trabalhei onze anos vinculada à Universidade Federal da Paraíba, na qual vivenciei uma experiência que representa algo bem mais amplo que uma mera experiência profissional.

Em segundo lugar, gostaria de esclarecer a partir de que patamar poderia discutir o tema que me foi proposto. Não me sinto habilitada para discutir a crise dos paradigmas em si, se se pensa discuti-la a partir de parâmetros teóricos ou filosóficos. Minha experiência pessoal, seja relacionada à minha trajetória no Serviço Social, seja à minha trajetória posterior de formação no campo da Antropologia, me habilitou a um perfil de discussão teórica a partir do empírico, ou de discutir teoricamente o empírico, mais que de desenvolver uma reflexão no interior dos paradigmas teóricos enquanto tais.

* Professora doutora da UFRJ.

Nesse sentido, pensei em trazer minha experiência interdisciplinar como um exercício de reflexão para a formação profissional do Serviço Social. Considero que a Antropologia teve, e tem, uma série de elementos de sua trajetória que poderiam ser úteis e interessantes para nossa discussão profissional.

Ao trazer essa experiência não quero trazê-la como modelo, nem afirmar que o percurso teórico-metodológico da Antropologia seja o único ou o mais correto. Quero apenas indicar que há, nessa experiência disciplinar, formas alternativas de abordar a realidade e construir o conhecimento, que podem ser interessantes para os desafios profissionais no Serviço Social. Apenas nesse sentido considero válida essa contribuição na discussão sobre a crise dos paradigmas e seu reatamento no Serviço Social.

Na verdade, para o Serviço Social (e até recentemente para o conjunto das Ciências Sociais), a Antropologia representa o ramo menos conhecido e de presença mais marginal no interior de nossa formação profissional. Esse relativo desconhecimento e o reduzido manejo em relação ao potencial das formulações teóricas por ela elaboradas terminam por não dar a noção do valor de suas contribuições e do enriquecimento que uma interlocução com ela nos possibilitaria.

A rigor, a "marginalidade" da disciplina deve-se certamente ao fato de sua concentração em objetos e temas que escapavam às questões políticas tidas como prioritárias, ou se relacionava a forças sociais consideradas secundárias em relação aos grandes movimentos da sociedade. As populações objetos de seus estudos (índios, negros, camponeses, favelados, mulheres, pobres, desviantes etc.) se constituíam em grupos sociais subalternizados e desvalorizados na arena político-econômica. Por outro lado, sua própria abordagem, priorizando o cultural, a religião, a família e as redes de relações primárias, as significações e os valores, ou as construções de identidades sócio-culturais, era igualmente considerada dimensão de menor importância — posto que não-politizável — frente àquelas consideradas prioritárias: as relações de classe, o Estado, os partidos políticos, os movimentos sociais e sindicais etc.

Assim, ainda que em sua atuação profissional concreta o Serviço Social se depare basicamente com tais grupos e opere no interior das dimensões estudadas pela Antropologia, sua abordagem e suas formulações teóricas nunca foram largamente consideradas. Além disso, o

próprio "olhar antropológico" e a forma de construção de suas teorias (muito centradas nas descrições etnográficas, menos carregadas de termos técnicos; assumindo como fundamental o contexto de pesquisa, os momentos sócio-históricos de sua realização; a personalidade do pesquisador e o *ethos* dos pesquisados) não eram considerados como abordagem científica, dada a perspectiva positivizada que inundou a pesquisa no campo social.

Não há dúvida de que a Antropologia apresenta uma trajetória marcada não apenas por estilos diferenciados e alternativos de construção do conhecimento, como também por não apresentar uma disposição para grandes generalizações de leis sociais aplicáveis a diferentes contextos.

Articulando sempre teoria e pesquisa e sempre fiel à especificidade de seus objetos de investigação, sua contribuição no contexto das Ciências Sociais foi no sentido do exame e do desvendamento de "outras racionalidades", das dimensões que escapavam à generalidade das leis e normas sociais, na explicitação das heterogeneidades e das diferenças presentes na dinâmica das sociedades analisadas.

De sua tradição de Ciência Social do "primitivo" e de compreensão do "outro", ela traz, portanto, para o estudo das sociedades contemporâneas, a preocupação com o dissecamento da complexidade das formas não-homogeneizadas de vida ou dos padrões não-hegemônicos das relações sociais. Ela se propõe, portanto, a construir a universalidade de seus conceitos a partir da diversidade observável em contextos sócio-culturais específicos e diferenciados.

Para uma sociedade como a brasileira, marcada por níveis abismais de contrastes, de diferenças e desigualdades sociais, e para uma profissão como o Serviço Social, de intervenção no interior mesmo dessas desigualdades, as contribuições de uma disciplina como essa são evidentes.

Por outro lado, para a Antropologia, não se trata apenas de embrenhar-se no "diferente" ou nos mecanismos internos dos grupos sociais, mas identificar as articulações entre os fenômenos estudados e as redes e contextos sociais mais amplos nos quais são gerados, buscando a adequação (e a construção) de conceitos gerais a (e a partir de) universos sócio-culturais e políticos específicos. Nessa tarefa ela vai não apenas apoiar-se na tradição teórico-etnográfica acumulada, mas nos refe-

renciais conceituais desenvolvidos por outras disciplinas, sejam elas a Sociologia, a Ciência Política, a Economia, a Linguística ou a Psicologia.

Entretanto, o mais importante a ser retido é que, nessa interlocução, absolutamente necessária, ela se manteve fiel aos elementos que caracterizaram seu perfil disciplinar. Isto significou a manutenção de sua fidelidade ao referencial de realidade, à tradição de pesquisa e à busca de universalidade; a partir do empírico e do diverso. Nesse tipo de postura, se por um lado ela incorreu em "pecados" particularistas, ou em excessivas incursões nas singularidades dos processos e objetos analisados, por outro, ela teve como contraponto uma menor exposição aos elementos que caracterizam a chamada crise dos grandes paradigmas ou das grandes narrativas (talvez a única grande no interior da Antropologia foi representada pelo estruturalismo).

Em termos muito sintéticos — e talvez um tanto reducionistas — poder-se-ia dizer que o que vem caracterizando essa crise seria a crítica à racionalidade da ciência, da técnica e da modernidade, que, articulando-se ao poder e à dominação, não foram capazes de dar respostas às questões fundamentais da humanidade. Além disso, as grandes teorias (notreadas, em grande parte, pelos princípios positivizados das Ciências Exatas de que "só há ciência quando se pode generalizar") centraram suas preocupações científicas na determinação de leis gerais caracterizadoras dos grandes processos da sociedade. Essa opção generalizante terminou por reproduzir uma perspectiva homogeneizadora das sociedades e redutora dos movimentos históricos reais, além de terem sido incapazes de dar conta do vivido, do cotidiano, das culturas e dos valores que impregnaram a existência e as ações coletivas das classes, dos grupos e dos indivíduos que integram as totalidades sociais.

Nesse sentido, uma disciplina mais voltada para a busca da complexidade ou para o desvendamento de outras "racionalidades" — frequentemente não-dominantes — para a explicitação das dimensões heterogêneas e desiguais presentes nas diferentes formações sociais, ou para a busca da constituição dos modos de vida, das operações de sentido e dos valores dos sujeitos sociais foi, evidentemente, menos afetada — posto que se manteve em outro patamar em relação aos elementos que caracterizam a chamada crise dos paradigmas.

Em que aspectos considero útil a experiência disciplinar da Antropologia na reflexão sobre os desafios do ensino, da pesquisa e do exercício profissional do Serviço Social?

Em primeiro lugar, pela aproximação já assinalada entre seus objetos de estudo e os objetos de intervenção profissional do Serviço Social.

Em segundo lugar, pela presença de determinadas marcas da experiência antropológica, a meu ver férteis, para pensar tanto os desafios do conhecimento quanto da intervenção do Serviço Social. Destacaria seu referencial de realidade (aí incluída sua preocupação com a complexidade e heterogeneidade que caracterizam as sociedades e objetos estudados), seu diálogo com as teorias (elaboradas por outras disciplinas), sua valorização do empírico e sua ênfase na pesquisa como fonte imprescindível de suas formulações teóricas.

Esses elementos não são, evidentemente, dimensões separadas ou estanques e, em conjunto, nos referenciam para a reflexão dos desafios de maior importância hoje, na formação profissional do Serviço Social.

Esses desafios se localizam, em primeiro lugar, pelo que se poderia chamar de nível de complexidade da dinâmica dos atuais fenômenos sociais. Assinalaríamos apenas alguns exemplos:

- O progressivo desencanto com o desenvolvimentismo, cujas metas perseguidas por políticas modernizadoras resultaram na ampliação dos graus de concentração de terra e de renda; em um colossal êxodo rural de milhões de pessoas; em uma incalculável exclusão social; e em uma apropriação, sem precedentes, dos recursos públicos em mãos oligárquicas, especulativas, onde as expectativas industrialistas não representaram reais possibilidades de afirmação da pretendida modernidade.

- A radicalização da miséria e a diversificação e degradação das inserções produtivas de amplos setores da população trabalhadora deste país. A pobreza não está, hoje, nos locais "onde sempre esteve"; vale dizer, no Nordeste rural, nas periferias urbanas, nos rincões mais despovoados do país.

O empobrecimento, hoje, toca o coração dos setores produtivos modernos, os assalariados urbanos e as classes médias.

Além disso, vive-se no país uma ampliação avassaladora do subemprego, dos chamados mercados informais, além de uma expansão dos esquemas "intersticiais" e precários de sobrevivência. Esses, caracterizados por expedientes instáveis e freqüentemente ilegais de garantias de sobrevivência (contrabandos, comércio e transações ilegais, trabalho

escravo etc.), configuram uma enorme degradação nas bases de sobrevivência de amplos setores da população. Todos esses aspectos colocam importantes desafios para as teorias com as quais operávamos: teorias do desenvolvimento, da pobreza, dos mercados de trabalho e das classes sociais.

- As demonstrações visíveis de descolagens do imaginário social com a desmontagem de sistemas de normas, quebras de códigos, valores e éticas. Nessa desmontagem de "referentes gerais" estão fenômenos com os quais freqüentemente nos deparamos na intervenção profissional, ou seja, o questionamento da positividade do trabalho, a descença profunda (fundamentada na experiência real da população) acerca da universalidade de direitos, a perda do valor do espaço da casa e a valorização do espaço da rua não apenas como *locus* de trabalho mas também de moradia. É bem verdade que muitos de nossos referentes analíticos se fundamentavam em recursos teóricos construídos muito mais no que "deve ser" do que propriamente no que "é" a realidade brasileira. Assim, nossas teorias sobre o trabalho e os trabalhadores, baseadas no trabalho regular e fixo, têm pouco a ver com o processo real de proletarização vivido na sociedade brasileira, onde a "fábrica" ou a "firma regular" são, para a grande maioria, apenas um "lugar de passagem" ou uma mera socialização provisória.

Poderíamos indicar muitos outros aspectos onde os referentes analíticos contemplam muito mais a dimensão normativa ou as "homogeneidades esperadas" do que a heterogeneidade real. Assim, parte do que se está vivendo como "desmontagem de valores" corresponde a uma substituição por normas e éticas mais relacionadas à experiência histórica e cotidiana da população. No caso, o questionamento do valor do trabalho se refere não tanto a ele em si enquanto possibilidade de acesso à sobrevivência, mas ao trabalho em sua forma assalariada enquanto perpetuadora da exploração.

- O uso crescente da violência como padrão de relações sociais ou como "linguagem" dos excluídos, testemunhas irritadas do fracasso das políticas de desenvolvimento e do padrão de acumulação gerado e mantido na sociedade brasileira. A rigor, o uso, cada vez mais coletivizado, da violência como forma de comparecimento de inúmeros segmentos sociais no cenário público (onde são exemplos os bandos de rua, os "arrastões" das praias, os sem-terra no sul do país, ou os massacres como o do Carandiru), os processos corrompidos de atribui-

ção de direitos e benefícios sociais, são todas situações que desafiam nossas teorias sobre a constituição da democracia e seu exercício em uma sociedade democrática.

- Finalmente, as mobilizações coletivas aglutinando bases sociais extremamente desiguais, politizando símbolos e cores jamais pensados como elementos politizáveis, estão igualmente colocando questões a nossas teorias sobre os movimentos sociais.

Essas e uma infinidade de outras questões indicam a necessidade da atualização teórica de nossa formação profissional, e impondo como algo fundamental a necessidade do *diálogo com e entre teorias*. E essa seria uma segunda dimensão que gostaríamos de assinalar.

Hoje se tem uma crescente consciência de que, dada a complexidade da realidade, seu conhecimento não pode ser feito, sem reduções, a partir de uma única teoria. E mais, que o conhecimento, como a crítica à realidade e à sociedade, pode ser feito através de percursos teóricos diferentes.

Evidentemente que o diálogo entre teorias tem que ser feito com critérios, e não através de uma transposição acrítica de conceitos de um referencial a outro, o que caracterizaria o ecletismo.

Entretanto, não se pode igualmente transformar o ecletismo em fantasia ou escudo atrás do qual se esconda o dogmatismo, os imobilismos e o encerramento da busca teórica. É preciso entender que as teorias, enquanto construções históricas e sociais, possuem fertilidades interpretativas e limites. Não são construções onipotentes e a-históricas. Iluminam determinadas áreas da realidade e não contemplam outras. Esses aspectos colocam, pois, grandes desafios não apenas à formação profissional que estamos ministrando, mas à nossa própria capacitação enquanto docentes.

Uma terceira dimensão que gostaria de assinalar a partir da experiência antropológica é a da *valorização do empírico e a necessidade da pesquisa*. Ao sinalizar o empírico, é importante distingui-lo do empirismo. Isto significa que entender o empírico implica apreendê-lo e analisá-lo não em sua manifestação de per si, mas em sua articulação com a teoria.

A compreensão do empírico só pode se dar se sua apreensão ultrapassa o nível de sua manifestação enquanto fenômeno, o que exige

uma crítica profunda e uma "desconfiança" em relação à sua aparência ou às suas interpretações mais usuais. Evidentemente que a desmistificação do aparente e a compreensão das lógicas e processos que lhe são subjacentes implicam o recurso às teorias e à investigação.

A inteligibilidade do empírico com o qual o profissional vai se deparar exige necessariamente não só uma formação sólida e plural em relação às teorias, como uma impregnação da perspectiva investigativa como componente fundamental de sua intervenção.

E aqui estamos em outra área fundamental para a discussão da formação profissional do Serviço Social para o mundo contemporâneo: a necessidade da pesquisa como componente do perfil do novo profissional.

Se anteriormente cabia o dilema entre formar um profissional interventivo e não um pesquisador, hoje essa discussão se recoloca em outras bases. Não se pode mais pensar em um profissional meramente técnico-operativo, nem em um profissional teórico generalista que combine as grandes determinações da sociedade mas não consegue nem exercer as necessárias mediações ou exercício de operações de conceitos, nem inserir-se criticamente em relação aos fenômenos com os quais se depara. Penso que um profissional impregnado da perspectiva investigativa é aquele absolutamente consciente de que não se pode atuar desconhecendo — ou conhecendo superficialmente — os objetos e processos sociais sobre os quais atua. É um profissional que tem uma crítica, uma suspeita e uma desconfiância profunda em relação à realidade dada e às formas pelas quais a mesma é não só interpretada pelo senso comum dominante, senão também por determinadas "teorias" difundidas socialmente. A criticidade em relação às teorias prevaletentes que reatualizam o movimento da sociedade ou encobrem o jogo de interesses dominantes é um exercício que deverá integrar a formação profissional.

Assim, dotar o profissional de uma perspectiva crítico-investigativa não é apenas capacitá-lo com instrumentais de pesquisa a serem ministrados em uma ou outra disciplina de técnicas quantitativas ou qualitativas de pesquisa. É integrar a própria lógica do curso com uma perspectiva de articulação teoria/realidade. É capacitá-lo para a valorização do empírico, constituindo um diálogo com conceitos. É transmitir a perspectiva de que um dos elementos de ampliação da capacidade

interventiva está na ampliação da capacidade de conhecimento e criticidade em relação à realidade — objeto de suas intervenções.

Evidentemente que romper com os esquemas positivizados de estruturação e departamentalização do conhecimento não é tarefa fácil; é igualmente difícil o rompimento com as concepções de ensino e prática de pesquisa que temos internalizadas e que necessariamente se refletem em nossa prática docente.

Dotar a formação profissional de uma perspectiva que contemple a criticidade e a construção do universal a partir do particular, do diferente, do diverso e do desigual, talvez fosse uma perspectiva fértil em relação a uma sociedade como a brasileira e em relação a uma profissão como o Serviço Social.

Essa perspectiva coloca enormes desafios à própria capacitação docente. Ela remete a uma atualização teórica e de pesquisa constantes, uma vez que o conhecimento e a ação sobre a realidade estão em constantes mutações e em constante movimento; uma vez que há toda uma série de referenciais teóricos que merecem ser conhecidos, e evidentemente selecionados, a partir da perspectiva político-ideológica que docentes e futuros profissionais tenham, não apenas enquanto participantes de um processo de ensino, mas, principalmente, enquanto sujeitos políticos e sociais, inseridos em uma realidade contraditória e autoritária, na qual nos é dado intervir e contribuir para sua transformação.